

CENOGRAFIA E ETHOS DISCURSIVO: ASSÉDIO ELEITORAL E O DILEMA DO USO DE SI NA ATIVIDADE DE TRABALHO

SCENOGRAPHY AND DISCURSIVE ETHOS: ELECTORAL HARASSMENT AND THE DILEMMA OF USING ONESELF IN WORK ACTIVITIES

Luciana Simor Verardi*
Ernani Cesar de Freitas**

Data de recebimento do texto: 03/05/2024

Data de aceite: 02/06/2024

Resumo: O estudo que segue contempla o tema linguagem e trabalho em contexto de assédio eleitoral, fenômeno concebido enquanto dispositivo discursivo condutor das dramáticas do uso de si na atividade laboral. Como objetivo, propõe identificar e compreender as imagens de si e do outro projetadas como ethos discursivo na e pela cenografia discursiva do assédio eleitoral, capazes de evidenciar as dramáticas do uso de si na atividade laboral. Teoricamente, baseia-se em pressupostos da ergologia, da psicologia organizacional e do trabalho (POT) e da análise do discurso de corrente francesa. Trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada e de abordagem qualitativa. O corpus de análise consiste em discursos de assédio eleitoral e excertos de denúncias de trabalhadores assediados. Os resultados denotam cenografias que legitimam o discurso de poder do assediador, assim como o sentimento de impotência e temor do assediado, anulando o potencial emancipatório do trabalho e desapropriando o trabalhador da atividade de trabalho mediante o paradoxo da díade voto-tarefa.

Palavras-chave: Assédio eleitoral. Ergologia. Linguagem e trabalho. Cenografia. Ethos discursivo.

Abstract: The study that follows addresses the topic of language and work in the context of electoral harassment, a phenomenon conceived as a discursive device that guides the drama of the use of oneself in work activity. As an objective, it proposes to identify and understand the images of the self and the other projected as a discursive ethos in and by the discursive scenography of electoral harassment, capable of highlighting the dramatic effects of the use of the self in work activity. Theoretically, it is based on assumptions from ergology, organizational and work psychology (POT) and French discourse analysis. This is applied research with a qualitative approach. The corpus of analysis consists of electoral harassment speeches and excerpts from complaints by harassed workers. The results denote scenography that legitimizes the harasser's discourse of power, as well as the harassed person's feeling of impotence and fear, nullifying the emancipatory potential of work and dispossessing the worker from the work activity through the paradox of the vote-task dyad.

Keywords: Electoral harassment. Ergology. Language and work. Scenography. Discursive ethos.

* Psicóloga graduada pela Universidade de Passo Fundo (UPF), pós-graduada em Psicologia Organizacional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Mestre em Psicologia pela IMED (ATITUS Educação), doutoranda do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo (UPF); e-mail: 24122@upf.br

** Doutor em Letras (PUCRS) com pós-doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem (PUC-SP/LAEL); e-mail: ernanicesadef@gmail.com

1. Introdução

Este artigo ancora-se na temática linguagem e trabalho abordando o assédio eleitoral e dramáticas do uso de si. Parte-se do pressuposto de que a linguagem é inerente ao fazer humano, visto que opera na condução de uma mensagem consciente ou inconsciente do trabalhador para seu meio no intuito de lidar com as questões do labor; uma espécie de cordão neural por onde a complexidade do trabalho se manifesta. Dessa forma, como delimitação do tema proposto, concebe-se o assédio eleitoral enquanto acontecimento discursivo, condutor das dramáticas do uso de si na atividade laboral, mostrado pela cenografia que projeta um ethos como imagem de si.

Por definição, o assédio eleitoral é caracterizado pela coação, ameaça ou promessa de recompensa financeira feita pelo empregador para que o funcionário vote no candidato de sua preferência, configurando crime eleitoral. Tal prática motivou queixas ao Ministério Público do Trabalho (MPT) durante o período das eleições presidenciais de 2022 no Brasil e se manteve pautando denúncias dois anos depois, durante as campanhas eleitorais municipais de 2024, conforme dados divulgados pela Procuradoria geral do Trabalho (BRASIL, 2024). Particularmente, este estudo compreende o assédio eleitoral expresso pela linguagem no trabalho como reflexo de um contexto social que acentua desigualdades e subjuga as potencialidades do trabalhador enquanto agente de seu saber e vetor de transformações organizacionais e sociais em contraste com a postura de legitimidade, legalidade e liberdade demonstrada pelo assediador, seja ele pessoa física ou jurídica.

A justificativa para esta investigação está na percepção de que, apesar da robustez tecnológica que potencializa a velocidade e a quantidade de informações disponíveis, muitas são as arestas que conduzem ao engano e à manipulação em cenários de disputa ideológica. Investigar as implicações do assédio eleitoral em um momento histórico do Brasil pode auxiliar a esclarecer os caminhos que o facilitam, da mesma forma que analisar o discurso de assédio pode evidenciar o embate interno de normas e valores mobilizados pela díade voto-tarefa. Ademais, para além do retrocesso social e político que o assédio eleitoral deflagra, existe o fator humano envolvido na prática paradoxal de exercer um direito democrático de forma subjugada pelas contingências das relações de trabalho.

Sustentado teórica e metodologicamente pela multidisciplinaridade, esse estudo utiliza preceitos da Análise do Discurso (AD) de base enunciativa e cunho socio-histórico de Dominique Maingueneau (2008, 2015, 2020), que concebe o discurso enquanto

fenômeno enunciativo oriundo de um lugar institucional e de um posicionamento ideológico próprios. Em interface, são recrutados pressupostos da Ergologia segundo estudos de Yves Schwartz e Louis Durrive (2016, 2021) e Schwartz (2014) como o corpo-si, as dramáticas do uso de si por si e pelos outros; Faita (2002), com suas contribuições para o estudo da linguagem enquanto ação na atividade de trabalho; assim como de teóricos expoentes sobre a POT como Yves Clot (2010, 2021), Bendassolli e Soboll (2021) dentre outros, no que diz respeito à dimensão psicológica emancipatória do trabalho e à saúde psíquica do trabalhador, tendo em vista a violência psicológica que o assédio eleitoral configura.

Assim, pretende responder à questão problematizadora: “Que imagens de si e do outro são projetadas como ethos discursivo pela cenografia encenada no assédio eleitoral, capazes de evidenciar as dramáticas do uso de si na atividade de trabalho?” Como objetivo, propõe-se a identificar e compreender as imagens de si e do outro projetadas como ethos discursivo na e pela cenografia discursiva do assédio eleitoral, capazes de evidenciar as dramáticas do uso de si na atividade laboral.

Este trabalho se desenvolve sob características de uma pesquisa de natureza aplicada, exploratória quanto aos objetivos, bibliográfica e documental em relação aos procedimentos técnicos, e qualitativa quanto à abordagem. O corpus de pesquisa se constitui a partir de enunciados que configuram assédio eleitoral, extraídos de publicações nos sites jornalísticos Carta Capital e G1, assim como de relatos de trabalhadores assediados presentes nas publicações do site CUT Paraná.

Em aderência ao problema de pesquisa e ao objetivo previstos, faz-se necessária uma explanação teórica basilar para que, em seguida, sejam apresentadas as demais etapas da elaboração. O estudo segue estruturado nas seções: 2. Ergologia e POT: parceiras na compreensão do mundo do trabalho, que articula a complementariedade entre a POT e a Ergologia no que tange aos objetos de investigação e intervenção; 3. Análise do discurso: cenografia e ethos em entrelaçamento, em que os conceitos de cenografia e de ethos discursivo, como imagens de si e do outro, são explanados; 4. Perspectiva metodológica: tecendo os fios ergodiscursivos, esclarecendo os procedimentos adotados para o tratamento do corpus e da análise proposta; 5. Ethos como imagens de si e do outro: dramáticas deflagradas, com a análise e a discussão dos resultados e 6. Considerações finais.

2. Ergologia e pot: parceiras na compreensão do mundo do trabalho

As demandas recentes do mundo do trabalho convergem para a necessidade de devolver a atividade de trabalho ao trabalhador, um vínculo que foi bruscamente rompido com a disseminação do modelo taylorista de produção que prioriza a separação entre concepção e execução, monopolizando o conhecimento do trabalho pela gerência, bem como o fracionamento e a simplificação do gesto produtivo humano. No caso deste estudo, assume-se a perspectiva do assédio eleitoral como entrave para a apropriação da atividade de trabalho pelo trabalhador, desconsiderando suas subjetividades. Nessa direção, Holz e Bianco (2014) defendem que há a necessidade de repensar a organização do trabalho, considerando conceitos como corpo-si, usos de si, normas antecedentes, renormalização, entidades coletivas e saberes investidos.

Tal preocupação com as dinâmicas que envolvem o trabalho real encontra eco nos estudos ergológicos apoiados nas singularidades que acompanham o sujeito em atividade de trabalho. A subseção a seguir desenvolve essa elaboração.

2.1 Ergologia: linguagem, trabalho e uso de si

A ergologia busca investigar e compreender como as atividades de trabalho são realizadas e como os trabalhadores dão sentido e significado a essas atividades por meio da linguagem, a qual se vincula intimamente à construção da identidade pessoal, profissional e à expressão de valores, normas e culturas organizacionais. Nesse sentido, a importância da linguagem perante a caracterização do ambiente laboral pode ser observada quando “o mal-entendido, o não-dito, a interpretação inadequada, a retenção de informações influem nas relações de trabalho” (SOUZA-E-SILVA, 2002, p. 61). A linguagem também pode ser descrita como um agir discursivo no mundo (FREITAS, 2014) e, em contextos de trabalho, adquire uma estreita relação com a ação. De acordo com Faïta (2002), as falas no e sobre o trabalho são condicionadas pela ação, já que competências e saberes coexistem com o falar e o agir. Ainda, segundo Schwartz (2014), a linguagem é o tecido que conecta as renormalizações da atividade com a ação. É por meio dela que o drama do debate interno de normas e valores acontece.

Não obstante, a abordagem ergológica deriva de uma postulação básica da ergonomia da atividade: a distância existente entre o trabalho prescrito e o trabalho real. De acordo com Guérin *et al.* (2012), o trabalho prescrito é normativo e definido antecipadamente na forma de tarefa para que o trabalhador a cumpra, ao passo que o

trabalho real implica na ação do trabalhador em tempo e condições reais de execução, isto é, na atividade de trabalho. Sob o olhar da ergologia, o trabalho assume uma dimensão maior que aquela circunscrita pelas relações mercantis de troca de atividade por dinheiro, adquirindo uma potencialidade transformadora de si mesmo por meio da atividade, já que “cada ser humano no trabalho tenta, em alguma medida recompor, em parte, o meio de trabalho em função do que ele é, do que ele desejaria que fosse e o universo que o circunda” (SCHWARTZ, 2021, p. 37).

Simplificadamente, pode-se dizer que a ergonomia se dedica à investigação da atividade humana no trabalho com foco na preservação da saúde e da segurança do trabalhador, pressuposto discutido por Wisner (1994). A ergologia, por sua vez, amplia a concepção de atividade oriunda da ergonomia, agregando dimensões filosóficas e históricas ao fazer humano para transformar a atividade industriosa. Esse potencial de transformação se dá mediante a consideração de quatro preposições básicas elencadas por Schwartz e Durrive (2021): 1. Há sempre distância entre o prescrito e o real; 2. O conteúdo da distância é sempre parcialmente ressingularizado; 3. A distância remete à atividade do corpo-si; e 4. A distância remete a um debate sobre os valores. Do debate entre os valores acionados pelo vazio de normas dessa distância é que um novo saber pode ser produzido, acionado nas dramáticas do uso de si.

Sendo assim, fundamentada estruturalmente na falta, na diferença estabelecida entre o prescrito e o real do trabalho, a “ergologia é a aprendizagem permanente dos debates de normas e de valores que renovam indefinidamente a atividade: é o “*desconforto intelectual*”” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2021, p. 36). Principais expoentes teóricos da área, Schwartz e Durrive (2016, 2021) ainda destacam a relação dialética que se estabelece entre os elementos determinantes mais próximos e mais afastados da atividade, assegurando o caráter reconfigurador da ergologia, já que ela permite descategorizar e recategorizar as transformações inerentes à ação humana.

Dessarte, o debate interno de normas é inerente a qualquer atividade humana. Contudo, as renormalizações são escolhas ancoradas em referências de valores com naturezas diferentes: os quantificáveis, mais próximos da atividade e oriundos da esfera do mercado e os valores sem dimensão, vinculados à noção de justiça ou bem comum e cuja definição não é estável ou precisa (MENACCI; SCHWARTZ, 2016). Sobretudo, renormalizar implica uma nova forma de fazer a partir do debate interno entre normas que antecedem a atividade, a imprevisibilidade do meio onde o real se estabelece e o código de

valores circundante. O vazio de normas e o conseqüente embate interno de valores suscita a ação criativa e integral do sujeito na atividade de trabalho, evidenciando o surgimento de saberes advindos deste fazer criativo/industrial, já que em toda atividade, incluindo o trabalho, há um conhecimento pessoal envolvido que preenche e gerencia a distância entre o prescrito (o que é esperado) e o real (o que realmente acontece). Nessa direção, Pierre Trinquet (2010) afirma que o saber advindo do fazer em atividade concreta de trabalho carrega consigo os demais saberes construídos pela história individual e social na situação de trabalho.

Com relação aos saberes envolvidos na atividade de trabalho, Schwartz e Durrive (2021) propõem uma análise a partir do Dispositivo Dinâmico de Três Polos (DD3P), contendo: o polo dos saberes constituídos, que engloba conceitos, competências e conhecimentos disciplinares acadêmicos e profissionais; o polo dos saberes investidos na atividade, originados da experiência prática e constantemente recriados por meio de discussões e debates de normas e, para que os processos de diálogo entre os representantes desses dois polos sejam eficazes e construtivos, o terceiro polo, onde todos os interlocutores podem definir e elaborar as provisões e os meios para buscar soluções, considerando as diferenças de opiniões entre os participantes. Essa relação dialética entre saberes também suscita a ação integral dos envolvidos na atividade.

Assim, a ergologia considera que toda e qualquer atividade de trabalho resulta do uso de si (recursos internos singulares) por si e por outros para dar conta da variabilidade inevitável apresentada pelo meio, sendo que “[...] para agirmos em um mundo em que o prescrito (a padronização total) é impossível, é necessário que as pessoas reflitam, recorram a seus colegas [...] e exerçam o uso de si para gerir as infidelidades do meio”. (FREITAS; SCHERMACK; BOAVENTURA, 2023, p. 5). Nesse sentido, o uso de si passa a engajar recursos mais complexos na criação de um novo fazer oriundo de um novo saber.

De acordo com Schwartz (2014), a noção de uso de si evoluiu ao considerar que recursos fisiológicos, isto é, do corpo (neuro-sensório-psicomotor), são concomitantemente recrutados durante a atividade de trabalho, originando a denominação corpo-si. Enquanto estrutura, o corpo-si possui três dimensões: a biológica, que comporta as potencialidades e limitações de um ser fisiológico; a histórica, que situa o debate de normas (uso de si por si e uso de si pelos outros) no tempo e espaço determinados; e a dimensão singular, nutrida por experiências pessoais constituintes e valorativas. Trata-se, pois, de uma mobilização

interna que visa atender a uma demanda externa recrutando experiências individuais prévias.

Dessa maneira, o corpo-si representa a integralidade do indivíduo em ação de trabalho, considerando o universo de relações às quais está atrelado e as demandas do ambiente organizacional mais amplo. Uma das facetas dessa interação entre indivíduo e ambiente de trabalho está desenvolvida a seguir.

2.2 POT, ergologia e a emancipação do sujeito em atividade de trabalho

De forma entrelaçada com o referencial teórico deste trabalho, a Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT) tem como uma de suas principais características a interdisciplinaridade, dialogando com diversos campos do conhecimento, tais como sociologia, psicanálise, administração, ciências econômicas, história e engenharia (COSTA LEÃO, 2012). Diversos estudos vêm dedicando atenção à POT sob diferentes linhas de investigação. Neste, em especial, ela é recrutada para um entendimento mais amplo das implicações do assédio eleitoral na qualidade da relação do trabalhador com seu trabalho.

Segundo Zanelli, Bastos e Rodrigues (2014), como área que compreende e intervém sobre o trabalho e as organizações, a POT visa a análise e a interação entre as diversas dimensões em que pessoas, grupos e organizações estão inseridos, construindo estratégias e intervenções que assegurem o bem-estar de seus agentes. Em outras palavras, a Psicologia Organizacional e do Trabalho tem por objeto o homem inserido no mundo do trabalho e as vastas implicações operantes nos cenários laboral e psíquico.

No âmbito da psicologia, as atividades de trabalho transcendem a mera subsistência e a produção de bens de consumo. Essas atividades envolvem a criação de algo duradouro que contribui para tornar o mundo um lugar habitável. Além disso, o trabalho não se restringe a ser uma simples expressão de habilidades específicas ou à reprodução em massa de um determinado tipo de demanda. Nessa perspectiva,

é particularmente difícil contentar-se apenas com o sobreviver ao trabalho, já que ele é o espaço onde o trabalhador ainda pode esperar fazer alguma coisa de sua vida além dos conflitos unilateralmente afetivos do face a face interpessoal (CLOT, 2021, p.81).

Em direção semelhante, estudos desenvolvidos em POT sob a abordagem das clínicas do trabalho dedicam-se à investigação do caráter emancipatório da atividade de trabalho para o sujeito. Diferentemente da visão instrumentalizadora e adaptativa no gerenciamento das motivações humanas e organizacionais, as clínicas do trabalho operam

na investigação dos processos de subjetivação envolvidos na atividade, sendo que “as análises inspiradas nessa perspectiva focam nos processos emancipatórios dos trabalhadores, e não apenas [...] no desempenho produtivo destes” (BENDASSOLI; SOBOLL, 2021, p. 17).

Com relação ao caráter emancipatório do trabalho, as relações de emancipação são “relações em que o indivíduo-sujeito se compromete subjetivamente, pelo exercício de sua potência, com devires nos quais modula e contra efetua os eventos que depara” (ZARIFIAN, 2002, p. 31). Em perspectiva similar, Lacomblez *et al.* (2016) desenvolve estudos na Universidade do Porto voltados à Psicologia da Atividade de Trabalho. De acordo com essa pesquisadora, as intervenções tradicionais em POT ainda carregam heranças tecno centristas da Psicologia Industrial que afastam o trabalhador da atividade real e comprometem sua potência emancipadora. Já “a análise da atividade de trabalho e suas ligações com a saúde [...] sustentam o processo de tomada de consciência individual e coletiva, que deveria permitir a elaboração de “um outro possível” no dia a dia de trabalho” (LACOMBLEZ *et al.*, 2016, p. 124).

Então, seria o sujeito em pleno uso de seu corpo-si, na atividade de trabalho que alcança as condições para o exercício de sua potência física e subjetiva. Caso contrário, pode ocorrer uma “amputação do poder de agir” (CLOT, 2010, p. 10), podendo causar o sentimento de impotência do trabalhador em relação a sua atividade. Depreende-se, assim, que Ergologia e POT compartilham a concepção de que o homem, em atividade laboriosa, usa de si de forma integral para o enfrentamento do “desconforto intelectual” preconizado por Schwartz (2021). Dessa maneira, destaca-se o papel da POT no auxílio da conscientização do trabalhador enquanto ser que constrói o mundo a partir de si. Comparativamente, enquanto a POT construiu grande parte de sua história a partir de um olhar “macro para micro”, atentando para a organização do trabalho, a ergologia permite que se vislumbre a possibilidade de uma investigação inversa, do “micro para o macro” de forma a devolver ao trabalhador a apropriação de sua atividade.

Ademais, os debates de normas e valores, apesar de ocorrerem constantemente na atividade de trabalho, necessitam de vazão para encontrarem sentido e finalidade. O comprometimento dessa dramática pode ser um agente de adoecimento individual e, conseqüentemente, organizacional. É o que se observa em relação à violência psicológica no trabalho, manifestada através de abusos verbais, comportamentos e atitudes ameaçadoras, intimidadoras e humilhantes no ambiente laboral.

Do ponto de vista jurídico, a violência psicológica pode se caracterizar de forma individual ou coletiva, motivando a atenção de órgãos internacionais como a OIT (Organização Internacional do Trabalho) e a OMS (Organização Mundial da Saúde). De acordo com Barbosa e Bender (2019), a OIT atenta para o prejuízo significativo que a violência psicológica no trabalho acarreta em indivíduos e comunidades em geral. Já a OMS reconhece que “esses conflitos se manifestam através de abusos verbais, comportamentos e atitudes ameaçadoras, intimidadoras e humilhantes” (BARBOSA; BENDER, 2019, p. 425). Não obstante, tal padrão de conduta fez com que termos como estresse ocupacional, síndrome de burnout, assédio moral e gestão por estresse começassem a ser identificados por psicólogos como consequências do aumento da pressão psicológica no ambiente corporativo. Por sua vez,

a mobilização de sentimentos de vergonha e de medo compõe o sistema disciplinar sustentado na humilhação e nas ameaças. Sentir-se incompetente, ser humilhado, esconder seu sofrimento são comportamentos que desenham o trabalho permeado de violência psicológica, fonte de sofrimento, de adoecimento e de prejuízos na vida social e familiar. O trabalho perde o sentido na construção da identidade, num contexto de vida em que predominam vínculos afetivos também superficiais e temporários (SOBOL, 2008, p. 153).

Contempladas algumas das conexões possíveis entre a abordagem ergológica e a POT no que tange ao processo de interação entre o trabalhador e a atividade de trabalho, a seguinte seção recruta a análise do discurso para compor o diálogo teórico metodológico desse estudo. Dessa forma, constructos como cenografia e ethos estão brevemente descritos a fim de referenciar a relação entre corpo discursivo e ambiente laboral.

3. Análise do discurso: cenografia e ethos em entrelaçamento

O entrelaçamento entre a AD e os conceitos ergológicos têm sido abordado em estudos recentes nos quais o sujeito da ergologia é identificado pelo ethos discursivo denotado nas cenografias instituídas pela situação real de trabalho (RIBEIRO, 2023). No presente estudo, as falas de trabalhadores submetidos ao assédio eleitoral, bem como as reportagens e vídeos transcritos de situações em que este tipo de assédio se caracteriza, também encontram potencial de investigação pela via da Análise do Discurso (AD) de vertente francesa.

A AD é transdisciplinar, palco de estudos de filósofos, sociólogos, psicólogos, políticos, antropólogos e, também, de linguistas. Ela se desenvolve a partir dos anos 1960 e

desde então tem evoluído e auxiliando discursivistas que estudam corpora sob variados procedimentos metodológicos na investigação da

maneira pela qual, em uma sociedade determinada, a ordem social se constrói por meio da comunicação. Eles se esforçam para manter um equilíbrio entre a reflexão sobre o funcionamento do discurso e a compreensão de fenômenos de ordem socio-histórica ou psicológica (MAINGUENEAU, 2015, p.33).

De acordo com Maingueneau (2008), mais do que um arranjo de vocabulários e sentenças, a identidade de um discurso passa a ser concebida segundo uma coerência que engloba as diferentes dimensões textuais presentes na regularidade enunciativa. É a união entre os conceitos de formação e superfície discursiva que constitui o discurso, sendo que por formação discursiva entende-se o sistema de restrições semânticas do discurso, enquanto a superfície discursiva compreende todo o enunciado produzido conforme esse sistema. Nesse caso “é preciso pensar ao mesmo tempo a discursividade como dito e como dizer, enunciado e enunciação” (MAINGUENEAU, 2008, p.19). Dito isso, fica clara a primazia da propriedade heterogênea do discurso para a Análise do Discurso moderna.

Quanto à heterogeneidade, ela atua como constituinte do discurso, inscrita no primado do interdiscurso “que amarra em uma relação inextricável, o Mesmo do discurso e seu Outro” (MAINGUENEAU, 2008, p. 31). Sendo assim, há sempre um outro a ser considerado em qualquer enunciado, o que, em Análise do Discurso, também implica no outro que o analisa. Dessa maneira, estão considerados e descritos, na sequência, pressupostos basilares da Análise do Discurso, como as noções de cenografia e ethos discursivo.

3.1 A cenografia como construção enunciativa

De maneira objetiva, mas aliado ao objetivo desta pesquisa, pode-se inferir que todo o discurso pertence a um gênero e é submetido às suas restrições. Isso implica um determinado quadro predefinido e uma composição de partes encadeadas segundo determinado plano de texto, mais ou menos rígidos e diversificados.

Ainda, o repertório linguístico do locutor de um discurso é também sujeito às restrições do gênero, já que “os gêneros instituídos têm certa autonomia em relação às representações daqueles que as mobilizam. São instituições que, como tais, lhe preexistem e se mantêm para além deles” (MAINGUENEAU, 2022, p. 121) No entanto, o gênero de discurso, por si só, não é capaz de determinar toda a gama de papéis a serem desempenhados por seus agentes. Existem determinações distintas a serem desempenhadas

por um mesmo papel, delegando à cena a função de elucidá-las. Dessa forma, o discurso está submetido a um gênero que, por sua vez, implica uma cena de enunciação, onde

O termo “cena” apresenta ainda a vantagem de poder referir ao mesmo tempo um *quadro* e um *processo*: ela é, ao mesmo tempo, um espaço bem delimitado no qual são representadas as peças (“na cena se encontra...”, “o rei entra em cena”), e as sequências das ações, verbais e não verbais que habitam esse espaço (“ao longo da cena”, “uma cena doméstica”) (MAINGUENEAU, 2015, p. 117)

Tal propriedade de desdobramento e relatividade pode ser observado em Maingueneau (2015), ao considerar que o sentido de um discurso somente pode ser apreendido se colocado em relação com outros discursos, os interdiscursos, que, conscientemente ou não, lhe servem de referência. Todo o processo discursivo se dá em uma cena de enunciação, que é, em realidade, um conjunto de três cenas, a saber: a cena englobante, a cena genérica e a cenografia.

A cena englobante comporta o tipo de discurso, já a genérica refere-se ao gênero implicado no discurso e possui certas normas com respectivas expectativas. As cenas genéricas são associadas a determinado gênero conforme: “uma ou mais finalidades” atribuídas pelo locutor; “papéis para os parceiros”, em que cada interlocutor possui direitos e deveres específicos; “um lugar apropriado para seu sucesso”, já que o lugar onde se enuncia fica inscrito na atividade discursiva; “um modo de inscrição na temporalidade”, que considera elementos temporais como periodicidade, duração e validade da enunciação; “um suporte”, já que o texto é intrínseco à materialidade de sua manifestação; “uma composição” que permita a identificação dos encadeamentos discursivos envolvidos; “um uso específico de recursos linguísticos” com que conta cada locutor e é imposto pelo gênero discursivo (MAINGUENEAU, 2015, p. 120-122).

A cenografia, por sua vez, é construída e composta no percurso do texto, não é imposta pelo gênero discursivo (MAINGUENEAU, 2008), o que suscita interesse especial na investigação proposta neste estudo. Nessa direção, pode-se inferir que “o ethos deve validar o discurso e por ele ser validado, atestando a legitimidade e a pertinência da posição do enunciador na cena discursiva” (FREITAS; BOAVENTURA, 2018 p. 452).

Posto isso, evidencia-se que cenografia e ethos atuam de forma a validar o discurso, oferecendo o espaço para a projeção das imagens de si e do outro. Desenvolve-se essa elaboração na seguinte subseção que trata do ethos discursivo de modo mais acurado para os fins deste estudo.

3.2 O ethos discursivo como projeção e incorporação

Falar sobre ethos implica um entendimento pavimentado na linguagem, o de que “o destinatário constrói uma representação do locutor por meio daquilo que ele diz e de sua maneira de dizê-lo” (MAINGUENEAU, 2020, p. 9). A representação a ser construída pelo destinatário não é livre, ela é produzida, conscientemente ou não, por um locutor que assume riscos e age estrategicamente em direção à interpretação satisfatória de seus signos pelo destinatário.

De acordo com Maingueneau (2020), o ethos discursivo é, então, uma projeção que o enunciador evoca enunciativamente, refratando no interlocutor como elemento fiador da “verdade” do discurso. Considerá-lo, permite analisar a adesão dos sujeitos a uma determinada posição enunciada discursivamente, pois estabelece uma relação refratária entre a enunciação e o corpo que se enuncia. A instância subjetiva se traduz em voz e corpo enunciante, historicamente inscrita e validada, onde o coenunciador se relaciona com o ethos de um discurso por meio de sua incorporação.

Resultante de uma relação sociodiscursiva dinâmica, o ethos visa tornar o orador confiável, identificando-o perante o destinatário como um fiador dos valores aceitáveis ou desejáveis em determinada interação discursiva. Existe uma clivagem do ethos discursivo em ethos mostrado e ethos dito, ou seja, existe uma maneira de falar e uma fala de si. Ocorre também que o destinatário pode ter uma ideia do locutor antes mesmo de sua enunciação, o que caracteriza um “*ethos pré-discursivo* ou *prévio*” (MAINGUENEAU, 2020, p. 12). Via de regra, esse ocorre com figuras públicas em geral, políticos e celebridades cujos valores e ideais são conhecidos e facilmente identificáveis pelos destinatários.

Distinguir entre o ethos dito e o ethos mostrado exige considerar a situação de comunicação na qual a interação discursiva se insere. A coesão entre as variações do ethos é que confere sua efetividade, já que “o ethos efetivo de um enunciador resulta [...] da interação entre seu ethos pré-discursivo, seu ethos discursivo (ethos mostrado), os fragmentos do texto no qual ele evoca sua própria personalidade (ethos dito)” (MAINGUENEAU, 2020, p. 12). Não obstante, o ethos pode ser compreendido como uma configuração de universo proposta pelo locutor a um destinatário passível de adesão ao mesmo universo. Essa adesão não ocorre aleatoriamente:

o poder de persuasão de um discurso resulta, então, em boa parte, do fato de ele levar o destinatário a se identificar com o movimento de um corpo, mesmo muito esquemático, investido de valores historicamente especificados: as “ideias”

suscitam a adesão do leitor porque a *maneira de dizer* implica uma *maneira de ser* (MAINGUENEAU, 2020, p. 14).

A noção de fiador é importante para compreender o que o autor descreve como incorporação do ethos. Por fiador concebe-se uma figura provida de caráter e de corporalidade, sendo o caráter continente de seu arranjo psicológico e a corporalidade o seu modo de apresentação no espaço social, seja a sua indumentária ou um comportamento expresso. De modo consciente ou inconsciente, a figura do fiador é construída pelo destinatário a partir de representações sociais assentadas em seu repertório imagético, que a enunciação trata de reforçar ou modificar. Ocorre, então, o que Maingueneau (2020) denomina incorporação: o modo como o destinatário se apropria do ethos fiador mediante o tom (maneira de dizer ou de mostrar) empregado por ele no trajeto persuasivo. A corporalidade cedida ao fiador pela enunciação é assimilada pelo destinatário na forma de esquemas de referência que intercambiam sua interação com o mundo através de seu corpo. Esse processo faz emergir um corpo do âmbito do imaginário coletivo em quem adere ao discurso.

A incorporação sedimenta um mundo ético ao qual o fiador dá acesso: “esse “mundo ético” [...] é uma constelação de representações agregadora de certo número de situações estereotipadas associadas a comportamentos” (MAINGUENEAU, 2020, p. 15). Assim, existe o mundo ético do direito, do jornalismo, do teatro, enfim do trabalhador, e assim por diante. Cada um deles com suas referências estereotipadas e termos de repertório linguístico, modo de vestir, de agir e de se apresentar no espaço social.

Há que se considerar, ainda, as três dimensões do ethos propostas por Maingueneau (2020): a dimensão categorial, mais ligada à cena genérica e aos papéis sociais; a experiencial, que compreende características sociopsicológicas do senso comum; e a dimensão ideológica que refrata posicionamentos ideológicos. Sendo assim, pode-se dizer que o ethos é uma construção sociodiscursiva em que interagem elementos de naturezas diversas, como repertório linguístico, ritmo, organização argumentativa, indumentária, entre outras. Ademais,

a maneira de dizer autoriza a construção de uma verdadeira imagem de si e, na medida que o locutário se vê obrigado a apreendê-la a partir de diversos índices discursivos, ela contribui para o estabelecimento de uma inter-relação entre o locutor e seu parceiro. Participando da eficácia da palavra, a imagem quer causar impacto e suscitar a adesão (AMOSSY, 2016, p. 16).

O ethos também pode ser projetado de modo a mascarar o corpo do locutor. A esse propósito, recorre-se à noção de agenciamento de ethos, considerando que um ethos

“não é restringido apenas por uma instituição e/ou uma tradição [...] ou especificado por um locutor [...]: ele implica ainda mediadores menos visíveis, que poderíamos chamar de “agenciadores”” (MAINGUENEAU, 2020, p. 143), ou seja, organizadores discursivos da situação de enunciação que podem configurar desde materialidades até lugares de fala.

Por conseguinte, o ethos discursivo resulta da interação de diferentes índices discursivos, evidenciados por fragmentos enunciativos derivados de uma intenção discursiva. É desse engendramento discursivo que a adesão ao discurso depende, isto é, da composição de um cenário enunciativo.

Até esse momento, estão descritos os elementos teóricos considerados fundamentais para o embasamento desta investigação em direção ao objetivo de identificar e compreender as imagens de si e do outro projetadas como ethos discursivo na e pela cenografia discursiva do assédio eleitoral, capazes de evidenciar as dramáticas do uso de si na atividade laboral. A próxima seção descreve os procedimentos metodológicos empregados para tratamento do corpus e da análise dos resultados.


4. Perspectiva metodológica: tecendo os fios ergodiscursivos

Propõe-se um estudo de natureza aplicada, visando a produção de conhecimentos voltados à solução de problemas específicos, conforme Prodanov e Freitas (2013). No que se refere aos procedimentos técnicos, este estudo atende aos critérios para pesquisa bibliográfica, baseando-se em materiais já publicados, e documental. De acordo com Minayo (2014), constitui-se, também, como uma pesquisa de abordagem qualitativa, já que não visa a generalização dos resultados e sim a incorporação do significado e da contextualização dos fatos.

O grande número de denúncias de assédio eleitoral nas eleições presidenciais de 2022 no Brasil motivou a escolha do corpus de pesquisa, que consiste em denúncias veiculadas em mídias jornalísticas eletrônicas. Dessa forma, o corpus está disposto em dois blocos distintos. O primeiro bloco (Figura 1) contém dois discursos de assédio eleitoral com diferentes naturezas de origem: a) uma carta oficial da empresa Stara S/A, sediada no interior do Rio Grande do Sul, publicada em outubro de 2022, endereçada a seus fornecedores e cujo conteúdo configura a prática de assédio eleitoral; b) a transcrição de um vídeo com discurso de assédio eleitoral publicado em outubro de 2022, efetuado pelo proprietário da empresa Cerâmica São Miguel, no interior do Pará, disponibilizados pelos

sites “Carta Capital” e “G1”, respectivamente. O segundo bloco (Figura 2) é composto por dois excertos de relatos de trabalhadores assediados publicados pelo site “Portal CUT”, que disponibilizou espaço para denúncias espontâneas mediante ferramenta digital específica com garantia de anonimato para o denunciante. Abaixo estão dispostas as Figuras 1 e 2 que configuram o corpus de pesquisa:

Figura 1: Discursos de assédio eleitoral

Bloco 1	
Foto da carta oficial da empresa Stara S/A	a) Transcrição da carta
 <p>https://www.cartacapital.com.br/politica/voto-de-cabresto/</p>	<p>“Diante da parceria desenvolvida durante o passar dos anos para com a sua empresa, tem o dever de informar-lhes que, diante da atual instabilidade política e possível alteração de diretrizes econômicas no Brasil após os resultados prévios do pleito eleitoral deflagrado em 02 de outubro de 2022, e, em se mantendo este mesmo resultado no 2º turno, a empresa deverá reduzir sua base orçamentária para o próximo ano em pelo menos 30%, consequentemente o que afetará o nosso poder de compra e produção, desencadeando uma queda significativa em nossos números”</p>
Link vídeo	b) Transcrição do vídeo
<p>https://g1.globo.com/pa/para/eleicoes/2022/noticia/2022/10/04/video-empresario-do-pa-oferece-dinheiro-para-funcionarios-nao-votarem-em-lula-mp-investiga.ghtml</p>	<p>“Eu sei que nem todo mundo é Lula aqui. Não sei se tá dividido metade com metade. Só sei que a gente tem que se unir para que Lula não ganhe. Sabe por quê? Porque se Lula ganhar, vocês podem ter certeza que mais da metade das cerâmicas de São Miguel vai fechar. Eu sou um que se ele ganhar, eu vou fechar as três cerâmicas que eu tenho porque ninguém vai aguentar o pepino que vem... Então eu tenho uma proposta pra fazer para todo mundo: Gleidsson vai pegar o nome de vocês, de todo mundo, tanto faz fichado, carteira assinada, sem carteira, carregador de caminhão, motorista de caminhão, todo mundo que tiver aqui ouvindo, quem quiser dar o nome, e se o presidente ganhar eleição, cada um vai ter R\$ 200 no bolso logo no outro dia de manhã. Tá bom, pessoal?”</p>

Fonte: elaborada pela pesquisadora com base nos sites jornalísticos Carta Capital e G1 (out. de 2022)

Figura 2: Relatos de trabalhadores assediados

Bloco 2	
Excertos postagens trabalhador assediado	
(a)	“Meu encarregado falou que o meu desempenho era bom, porém tudo depende qual candidato ganhar. Isso foi dito após eu perguntar se seria mandado embora. Sei que estou na mira.”
(b)	“Recebi hoje lá na firma que, caso o PT ganhe a eleição, vão cortar contrato, diminuir produção, vão mandar funcionários embora. E quem somos nós diante de uma Stara? Somos pequenininhos”.

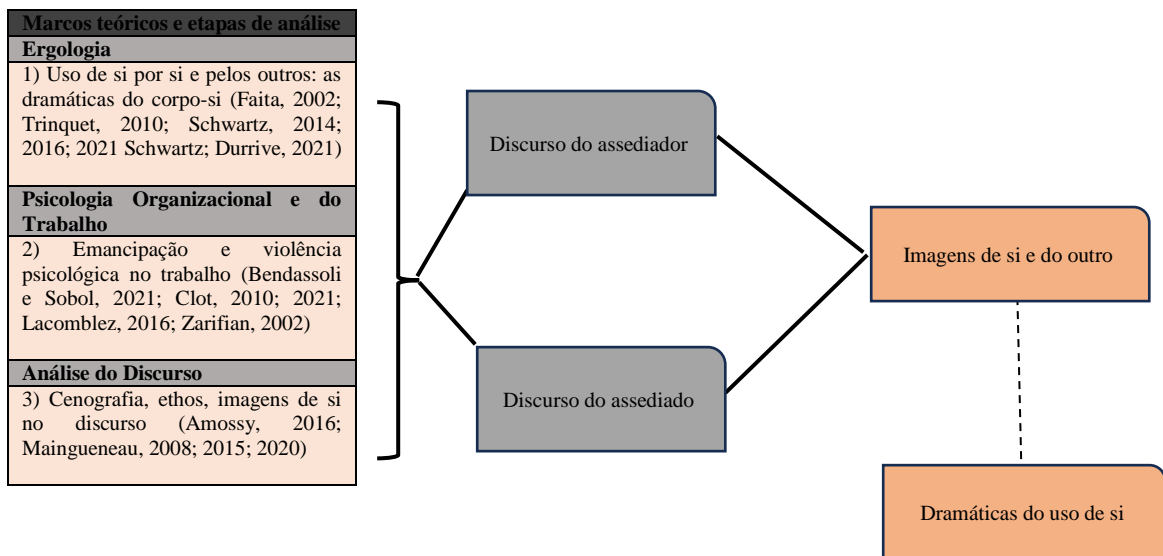
Fonte: elaborada pela pesquisadora com base no site jornalístico CUT Paraná (out. 2022)

Com vistas ao objetivo concebido neste trabalho, a análise do corpus contempla constructos elementares da AD, da Ergologia e da POT com base nas pistas e marcas linguísticas e extralinguísticas presentes nos enunciados, em acordo com o protocolo do

Paradigma Indiciário de Ginzburg (1989). Esse instrumento metodológico possibilita interpretar a realidade a partir de características menos vistosas, isto é, nos indícios (marcas e pistas) disponíveis no objeto.

Os blocos que constituem o corpus estão analisados de forma a estabelecer a relação entre o discurso que efetua o assédio e o discurso que o recebe, corroborando o caráter interdisciplinar proposto. Dessarte, estão pautadas categorias teóricas (em entrelaçamento) que caracterizam os procedimentos metodológicos de análise utilizando três etapas distintas complementares e não excludentes: 1) Uso de si por si e pelos outros: as dramáticas do corpo-si; 2) Emancipação e violência psicológica no trabalho e 3) Cenografia, ethos, imagens de si no discurso. A Figura 3 detalha a estrutura empregada como dispositivo metodológico:

Figura 3: Dispositivo metodológico



Fonte: elaborada pela pesquisadora (2024)

A próxima seção apresenta a análise dos resultados sob o delineamento teórico metodológico descrito pelo dispositivo metodológico (Figura 3).

5. Ethos como imagens de si e do outro: dramáticas deflagradas

A partir deste momento, o corpus de pesquisa é confrontado com a teoria e os procedimentos metodológicos, indicando as correlações denotadas à luz da abordagem

multidisciplinar. Os enunciados que compõem o corpus possuem diferentes origens discursivas. De um lado, enunciados que efetuam o assédio eleitoral e, de outro, enunciados que o denunciam. Tanto assediadores quanto assediados incluem-se no universo da linguagem no trabalho e, através dela, se inscrevem discursiva e historicamente no contexto laboral.

Do ponto de vista discursivo, a análise baseia-se na teoria da análise do discurso socio-histórica de vertente francesa, mais precisamente nos estudos de Dominique Maingueneau, para respaldar os entrelaçamentos dos enunciados do corpus com a cenografia discursiva e o ethos projetado por ela deflagrando as imagens de si e do outro. Parte-se do princípio de que, no contexto do assédio eleitoral, cenografia e ethos discursivo são capazes de refletir interações entre elementos conceituais da ergologia, como debate interno de normas e valores, uso de si por si e pelo outro e dramáticas do corpo-si, bem como pressupostos da Psicologia Organizacional e do Trabalho no que tange ao caráter de violência psicológica no trabalho atribuído à prática do assédio eleitoral.

O primeiro enunciado (a) do Bloco 1 do corpus (Figura 1) consiste em uma carta institucional da empresa Stara S.A. compartilhada pelo site jornalístico Carta Capital, alertando seus fornecedores sobre a possibilidade de diminuição de pedidos e “encolhimento” econômico no caso de confirmação dos resultados parciais das eleições presidenciais. O segundo enunciado (b) requer uma observação, já que se trata de um vídeo cujo discurso está transcrito, mas a cena somente poder ser observada ao assisti-lo. Por isso, aqui ela é descrita como um encontro do empregador com seus subordinados em frente à porta de sua casa, junto à garagem na qual está seu carro, em uma situação informal de conversa onde vários trabalhadores estão sentados no chão da varanda. As roupas do enunciatador são evidentemente distintas das usadas em situação de trabalho, sendo uma bermuda, uma camiseta e chinelos nos pés.

No primeiro caso (a), o caráter oficial do enunciado marca implicitamente o alinhamento da empresa às propostas políticas do candidato em desvantagem. Nesse ponto, é possível recorrer à noção de agenciamento proposta por Maingueneau (2020), visto que o ethos projetado pela carta atua de forma a mascarar a figura do locutor, sob um plano institucional agenciado. Trata-se de uma cenografia institucional que projeta, como imagem de si, um ethos comprometido com sua rede de parceiros, preocupado com o futuro econômico da empresa, do município e do país, buscando adesão de um outro que, caso não compactue das mesmas inclinações, passará a representar seu contrário: a

despreocupação e o descomprometimento (imagem do outro) com o futuro político-econômico. Tal cenografia visa a validação do discurso a partir de uma imagem legitimada pelos indícios linguísticos. A esse respeito, Maingueneau (2016) afirma que qualquer que seja o discurso, há sempre a intenção de torná-lo pertinente por meio da situação de enunciação. O teor de ameaça (redução de 30%) caracteriza o assédio eleitoral e visa a adesão do leitor ao posicionamento político do empregador sob pena de represálias.

No segundo caso (b), a cenografia é de informalidade e proximidade buscando a adesão por identificação e conduzindo à incorporação do ethos mediante a figura de um fiador (MAINGUENEAU, 2020) cuja corporalidade (figura referenciada pelo repertório imagético do destinatário) o identifica como igual, de mesmas necessidades e valores. A esse fator, destaca-se que não existe contingência em um discurso, ele “é um acontecimento inscrito em uma configuração socio-histórica e não se pode dissociar a organização de seus conteúdos e o modo de legitimação de sua cena discursiva” (MAINGUENEAU, 2016, p. 73). Notadamente, o ethos projetado é o de “gente como a gente”. O empregador produz uma imagem de si como alguém de mesmos interesses e mesmas preocupações, identificado com as necessidades dos subordinados, conhecedor de suas mazelas e preocupado com seus empregos, ao passo que concebe uma imagem do outro como desafortunado, dependente, “comprável” e facilmente subjugado). Observa-se que ao falar, o orador tem uma ideia do impacto que provoca e “trabalha para confirmar sua imagem, para reelaborá-la ou transformá-la e produzir uma impressão conforme às exigências de seu projeto argumentativo” (AMOSSY, 2016, p. 125).

O segundo bloco (Figura 2) apresenta excertos de enunciados produzidos por trabalhadores submetidos ao assédio. Nos dois casos (a e b), a cenografia conduz à ideia de desamparo, impotência e temor diante da imagem do outro. Tanto no caso de “a” (*Sei que estou na mira*) quanto no de “b” (*E quem somos nós diante de uma Stara? Somos pequenininhos*) denotam-se imagens de si como subjugados, impotentes, temerosos, expostos ao infortúnio. Nos dois casos, o outro é tido como aquele que detém o poder, tanto de avaliação de sua performance no trabalho (*Meu encarregado falou que o meu desempenho era bom, porém tudo depende qual candidato ganhar*) quanto de seu futuro no emprego (*vão cortar contrato, diminuir produção, vão mandar funcionários embora*). Nesse sentido, observa-se que “é o conjunto das características que se relacionam à pessoa do orador e a situação na qual esses traços se manifestam que permite construir sua imagem.” (AMOSSY,

2016, p. 127). Com efeito, a imagem do outro como poderoso determina a imagem de si como destituído do poder mediante a situação de enunciação.

Embora os Blocos 1 e 2 representem enunciações conflitantes (empregador versus subordinado), ambas partem de inscrições do universo industrioso com suas respectivas dramáticas. No bloco 1, a carta da empresa Stara S.A. representa um “uso discursivo de si” (ethos institucional) para aplacar o desconforto diante de possíveis infidelidades do meio (resultado da eleição). Nesse caso, o uso de si pelo outro é delimitado a partir de contrariedades políticas, econômicas e ideológicas que referenciam a gama de valores da empresa. Dinâmica semelhante pode ser verificada no vídeo transcrito do empregador em frente à sua casa e diante de seus subordinados: *“se Lula ganhar [...] eu vou fechar as três cerâmicas que eu tenho porque ninguém vai aguentar o pepino que vem...”* Nota-se que nos dois casos o uso de si pelos outros pode ser traduzido pelo uso de si pelo meio (panorama político desfavorável, desvantagens mercadológicas).

Os valores que regem os discursos de ambos empregadores, considerando o que postulam Menacci e Schwartz (2016) e Schwartz (2021) são de natureza quantificável e de fácil delimitação: atendem à lógica mercadológica da lucratividade. Os valores sem dimensão, aqui, podem ser apreendidos pelos excertos *“Diante da parceria desenvolvida durante o passar dos anos para com a sua empresa”* e *“ninguém vai aguentar o pepino que vem...”*, onde a *“parceria”* faz referência aos valores de solidariedade e o *“pepino”* representa os infortúnios da ordem do incomensurável comum, da desorganização socioideológica, da ameaça ao bem-estar. Guiados por tal hierarquia de valores e diante das dramáticas impostas pelo meio, os empregadores renormalizam o trabalho atribuindo ao voto o caráter de tarefa, o que pode configurar assédio eleitoral. Nos dois casos, o uso de si está vinculado ao uso do outro.

Nos discursos de trabalhadores assediados (Bloco 2), evidenciam-se percalços na fluidez das dramáticas. Tanto no caso de “a” quanto de “b” o uso de si é demarcado na denúncia do assédio, visto que o uso de si pelo outro é tido como ameaçador. A hierarquia entre os valores quantificáveis e os sem dimensão não é tão clara, porém o embate entre eles evidencia-se quando as consequências concretas da perda do emprego predominam sobre perda do direito de escolha (valores do exercício da cidadania). A dramática do corpo-si é afetada diretamente por não encontrar vazão: mesmo que o voto do subordinado não estivesse destinado a Lula, isto é, estivesse de acordo com o posicionamento ideológico do empregador, isso não garantiria seu emprego, visto que estaria sujeito ao resultado do pleito.

Nessa cena observa-se que a atividade de trabalho está presa entre dois extremos: o da prescrição e o do resultado. Situações como essa impedem sua inscrição histórica, conforme afirmam Venner e Schwartz (2016). Dito de outra maneira, tal tarefa (votar em Bolsonaro) jamais poderia ser vivenciada como atividade no trabalho, pois o corpo-si estaria corrompido em sua dimensão histórica, que situa o debate de normas no tempo e espaço, e em sua dimensão singular, nutrida por experiências pessoais constituintes e valorativas. As normas são do âmbito do concreto, do comportamento observável, no entanto “uma norma, de uma maneira ou de outra, está todo o tempo ligada não somente a um valor, mas a um mundo de valores” (MENACCI; SCHWARTZ, 2016, p. 44). Nesse aspecto, há que se observar que o debate interno de normas difere do conflito de valores. Segundo Schwartz (2016), entre normas antecedentes e o vazio de normas ocorre um debate real onde uma norma substitui outra. Já no que concerne aos valores não há substituição e sim uma interposição de valores que permitem a “escolha de si por si” (SCHWARTZ, 2016, p. 42).

Dessa maneira, um valor sobreposto não desaparece, permanece disponível para o uso assim que uma nova “escolha de si por si” se mostre necessária. No caso do assédio eleitoral, a renormalização possível ocorre em forma de estratégia (denunciar). Essa renormalização é uma escolha frente ao vazio de normas representado pela imprevisibilidade do meio, onde “cada ser vivo procura não ser o “joguete” do meio. [...] Claro, somos em parte o juguete do meio, mas somente em parte, porque se busca sempre renegociar essa dependência [...]” (SCHWARTZ, 2016, p. 29). O caminho para essa renegociação passa por escolhas de usos de si que assegurem a atuação de um corpo-si.

Dando continuidade a essa análise, é necessário partir do que está posto: o assédio eleitoral é uma forma de violência psicológica no trabalho. Como tal, ele se inscreve em uma ação discursiva coercitiva do empregador (empresa ou indivíduo) sobre seu subordinado. Trata-se de uma relação entre atividade e poder. No caso do assédio eleitoral, uma relação violenta entre atividade e poder. Diferentemente de situações de assédio moral contempladas na literatura, a imposição coercitiva do voto é pontual e circunscrita em determinado arranjo espaço temporal. No entanto, suas implicações e efeitos deflagram estruturas de diferentes amplitudes e complexidades, desde configurações socio-históricas de controle até dramáticas subjetivas individuais. A esse respeito, Zarifian (2002, p. 25) acrescenta que as sociedades de controle atuam na forma de tensões, fraturas e rompimentos, causando uma “agonia lenta, em particular no seio da relação salarial.” O voto do trabalhador assume o status de tarefa de trabalho, uma tarefa que não pode ser

verificada ou avaliada, tampouco vivenciada como atividade, mas sobre a qual se deposita o futuro do trabalho e do emprego.

Para além dos efeitos psicológicos da coerção nas relações de trabalho, há que se discutir o resgate da atividade de trabalho por parte do sujeito que a pratica. Segundo Schwartz (2016), “o pleno encontro da atividade faz retrabalhar tanto a questão da produção de conhecimento sobre as atividades humanas como a interrogação sobre a autogestão, a dimensão política” (SCHWARTZ, 2016, p.65). Contudo, pensar a autogestão da atividade de trabalho requer a apropriação de seus sentidos, ou melhor dizendo, do seu real, e “para aprisionar esse real, é preciso, verdadeiramente, que eu coloque aí algo de mim mesmo, que eu aí me transforme para poder fazê-lo meu”. (CLOT, 2010, p. 8).

Isso posto, percebe-se que o trabalhador vitimado pelo assédio eleitoral é acometido por dramáticas internas que não encontram vazão para sua elaboração. Observando o trecho “a” do Bloco 2: *“Meu encarregado falou que o meu desempenho era bom, porém tudo depende qual candidato ganhar”*, evidencia-se a distância instaurada entre o sujeito e a atividade: embora seu desempenho seja bem avaliado, seu futuro na empresa depende do resultado da eleição, algo totalmente desconexo de sua realidade de trabalho. Ocorre ainda um sofrimento notório diante da impotência que experimenta: *“Sei que estou na mira”*. O sofrimento por impotência e desconexão com o real da atividade também aparece no trecho “b”: *“E quem somos nós diante de uma Stara? Somos pequeninhos”*. Note-se que a possibilidade de desligamento não tem relação com a entrega do trabalhador, isto é, ocorre uma desconexão entre o sujeito e sua atividade de trabalho. De acordo com Lacomblez (2016), o distanciamento entre o trabalhador e a essência real da atividade também o afasta da possibilidade de protagonizar sua história, cristalizando-o no papel de recurso ou mesmo de capital humano. Com efeito, a distância estabelecida entre o sujeito e sua atividade pode resultar no desinvestimento de sua potência transformadora e um permanente estado de advertência, como se estivesse sempre “na mira”. Esse sequestro subjetivo pode suprimir iniciativas de emancipação e reapropriação da atividade, mas, de acordo com Zarifian (2002), pode também provocar o distanciamento suficiente para transgredir a dominação sofrida.

As discussões efetuadas nessa seção geraram resultados que estão sintetizados na Figura 4 contemplando cenografias, imagens de si e do outro, ethos, e dramáticas do uso de si deflagradas pela hierarquia de valores:

Figura 4: Síntese dos resultados

Discursos	Cenografia	Imagens de si (IS)e do outro (IO)	Ethos	Dramáticas do uso de si
Empregadores	<p>Empresa Stara S.A.: institucionalidade, legalidade, comprometimento</p> <p>Cerâmica São Miguel: informalidade, proximidade, identificação</p>	<p>IS: ameaçado pela conjuntura política e econômica iminente, preocupado com o futuro da empresa e da comunidade de colaboradores, detentor de poder</p> <p>IO: dependente de si, antagonista ideológico</p>	<p>Empresa Stara S.A.: agenciado pela cenografia institucional de legitimidade</p> <p>Cerâmica São Miguel: solidário, informal, “um igual”</p>	<p>Valores do capital acima dos valores do bem comum, renormalização na forma de discurso assediador</p>
Subordinados denunciante	<p>Desamparo, impotência, temor</p>	<p>IS: “sem saída”, subjugado, afastado da atividade, abandonado, sem reconhecimento</p> <p>IO: poderoso, ameaçador</p>	<p>Impotente, subjugado, dependente, desinvestido, temeroso</p>	<p>Valores quantificáveis e sem dimensão atuando em antagonismo; dramática intensificada pela ausência de vazão; renormalização na forma de denúncia</p>

Fonte: elaborada pela pesquisadora (2024)

Após realização da análise dos resultados, constam na sequência algumas considerações finais que se articulam ao todo deste estudo.

6. Considerações Finais

Este estudo versou sobre o tema linguagem e trabalho: assédio eleitoral e dramáticas do uso de si e teve como questão problematizadora: “Que imagens de si e do outro são projetadas como ethos discursivo pela cenografia encenada no assédio eleitoral e capazes de evidenciar dramáticas do uso de si na atividade de trabalho?” Propôs-se como objetivo identificar e compreender as imagens de si e do outro projetadas como ethos discursivo na e pela cenografia discursiva do assédio eleitoral, capazes de evidenciar as dramáticas do uso de si na atividade laboral. Os resultados encontrados sugerem o alcance do objetivo e suscitam outras investigações.

Verificou-se que a cenografia do assédio eleitoral projeta imagens de si e do outro, o ethos, de acordo com a situação enunciativa e o papel discursivo. No caso do empregador assediador, cenografias institucionais (formais) e informais estão empregadas com base em uma imagem de si ameaçada pela conjuntura política e econômica iminente, preocupada com o futuro da empresa e da comunidade de colaboradores, detentora de poder. Em contrapartida, a imagem do outro é de dependência e antagonismo político ideológico. A adesão é buscada mediante uma cenografia que legitima o discurso assediador e o temor do assediado. Os valores que alicerçam esse papel discursivo são,

predominantemente, da ordem dos valores quantificáveis pela lógica mercadológica da lucratividade e a partir deles são mobilizadas dramáticas de normas que elegem a renormalização por meio do uso discursivo de si na forma de assédio eleitoral.

Tratando-se dos discursos denunciantes dos trabalhadores assediados, as cenografias projetam imagens de si de impotência, temor e desamparo diante da imagem de um outro poderoso, temerário e antagonista. Para o trabalhador assediado, a dramática do corpo-si é afetada diretamente por não encontrar vazão para o impasse oriundo da distância entre o sujeito e a atividade. O uso de si é demarcado na denúncia do assédio, visto que o uso de si pelo outro é tido como ameaçador. Observa-se, também, que mediante essa realidade, o caráter emancipatório do trabalho é inviabilizado pela desapropriação da atividade de trabalho e pelo cunho paradoxal que a díade voto/tarefa pode representar para o trabalhador assediado.

Como possíveis contribuições acadêmicas, considera-se que esse estudo possibilita ampliar o escopo de investigações discursivas no contexto do trabalho e reitera a importância de iniciativas multidisciplinares que investiguem a multiplicidade de implicações linguísticas do mundo contemporâneo. Além disso, espera-se lançar maior luz sobre formas de compreensão da violência psicológica no trabalho e dos mecanismos que a mobilizam. Como limitação, esta pesquisa contempla algumas das implicações discursivas do assédio eleitoral, sugerindo futuros aprofundamentos na abordagem do ethos enquanto incorporação na cena política brasileira.

Finalmente, reitera-se a compreensão do assédio eleitoral enquanto fenômeno de um contexto social que acentua desigualdades e subjuga as potencialidades do trabalhador enquanto agente de seu saber e vetor de transformações organizacionais e sociais. Trata-se de uma forma de violência psicológica sobre o trabalhador enquanto sujeito integral em ação industriosa que, para vias de sua emancipação subjetiva no trabalho, necessita reapropriar-se de sua atividade, investindo-a de sentido e de possibilidades para ressignificá-la.

Referências

AMOSSY, R. Da noção retórica de ethos à análise do discurso. *In*: AMOSSY, R. (Org.) **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2016. p. 9-28.

BARBOSA, A. M. e S.; BENDER, M. O reconhecimento jurídico das violências psicológicas nas relações de trabalho no Brasil. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n. 86, p. 419-434, Mai./Ago. 2019.

BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. (Org.). **Clínicas do trabalho**. 2. ed. Belo Horizonte: Artesã, 2021.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. **MPT participa de apuração de votos no TSE**. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 27 out. 2024. Disponível em: <https://mpt.mp.br/pgt/noticias/mpt-participa-de-apuracao-de-votos-no-tse>. Acesso em: 26 nov. 2024.

CLOT, Y. **Trabalho e poder de agir**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

CLOT, Y. Clínica do trabalho e clínica da atividade. *In*: BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. (Org.). **Clínicas do trabalho**. 2. ed. Belo Horizonte: Artesã, 2021. p. 80-93.

COSTA LEÃO, L. H. Psicologia do Trabalho: aspectos históricos, abordagens e desafios atuais. **ECOS-Estudos Contemporâneos da Subjetividade**, Campos dos Goytacazes, RJ, v. 2, n. 2, p. 291-305, 2012.

FAÏTA, D. Análise das práticas linguageiras e situações de trabalho: uma renovação metodológica imposta pelo objeto. *In*: **Linguagem e trabalho**: construção de objetos de análise no Brasil e na França. São Paulo: Cortez, 2002. p. 45-60.

FREITAS, E. C. As práticas de linguagem no e sobre o trabalho: discursos da prescrição na atividade docente. *In*: **XVII Congresso Internacional Asociación de Lingüística y Filología de América Latina (ALFAL)**, 2014, João Pessoa - PB. Estudos Linguísticos e Filológicos. João Pessoa: ALFAL, 2014. v. 1. p. 1-15.

FREITAS, E. C.; SCHERMACK, K. Q.; BOAVENTURA, L. H. Cenografia e ethos no discurso das professoras donas de casa: dramáticas do corpo-si nas atividades laborais. **Laboreal**, Porto, v. 19, n. 2, p. 1-25, fev. 2023. Disponível em: <https://journals.openedition.org/laboreal/21486>. Acesso em: 29 jul. 2024.

GUÉRIN, F.; LAVILLE, A.; DANIELLOU, F.; DURAFFOURG, J.; KERGUELEN, A. **Compreender o trabalho para transformá-lo**: a prática da ergonomia. São Paulo: Blücher, 2012.

GINZBURG, C. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. *In*: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-179.

HOLZ, E. B.; BIANCO, M. Ergologia: uma abordagem possível para os estudos organizacionais sobre trabalho. **Cadernos EBAPE**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 494-512, 2014.

LACOMBLEZ, M. H.; ARAÚJO, A. J. S.; ZAMBRONI-DE-SOUZA, P. C.; CUNHA MÁXIMO, T. A. O. Marianne Lacomblez e a construção de uma Psicologia da Atividade de Trabalho. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo 2016, v. 19, n. 1, p. 121-133.133, Jul. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/125907>. Acesso em: 5 ago. 2024.

- MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. 2ª ed. São Paulo: Parábola, 2008a.
- MAINGUENEAU, D. A propósito do ethos. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (Orgs.). **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008b. p. 11-29.
- MAINGUENEAU, D. **Discurso e análise do discurso**. São Paulo: Parábola, 2015.
- MAINGUENEAU, D. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, R. (Org). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2016. p. 69-92.
- MAINGUENEAU, D. **Variações sobre o ethos**. São Paulo: Parábola, 2020.
- MENACCI, N.; SCHWARTZ, Y. Trajetórias e usos de si. In: SCHWARTZ, Yves.; DURRIVE, L. (Org.). **Trabalho & Ergologia II: diálogos sobre a atividade humana**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2016. p. 17-54.
- MENDES, G. Trabalhadores do Paraná fizeram 14 denúncias de assédio eleitoral só no PortalCUT. **CUT Paraná**, Curitiba, 20 out. 2022. Notícias. Disponível em: <https://pr.cut.org.br/noticias/portal-cut-ja-recebeu-14-denuncias-de-assedio-eleitoral-no-parana-b1cdhttps://pr.cut.org.br/noticias/portal-cut-ja-recebeu-14-denuncias-de-assedio-eleitoral-no-parana-b1cd>. Acesso em: 25 set. 2024.
- MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.
- PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- RIBEIRO, E. **Gestão e uso de si do egresso Técnico de Segurança do Trabalho: cenografia e ethos construídos na formação profissional e na concretude da atividade laboral**. Orientador: Ernani César de Freitas. 2023. 191 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2023.
- RUSCHEL, R. Voto de cabresto. **Carta Capital**, São Paulo, 06 out. 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/voto-de-cabresto/>. Acesso em: 25 set. 2024.
- SCHWARTZ, Y. Motivações do conceito de corpo-si: corpo-si, atividade, experiência. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 49, n. 3, p. 259-274, 2014.
- SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Orgs.). **Trabalho & Ergologia II: diálogos sobre a atividade humana**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2016.
- SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Orgs.). 3 ed. **Trabalho & Ergologia: conversas sobre a atividade humana**. 3. ed. Niterói: EdUFF, 2021.
- SOBOLL, L. A. P. Assédio moral no trabalho: aspectos históricos e conceituais. In: SOBOLL, L. A. P. **Assédio moral/organizacional: uma análise da organização do trabalho**. 1. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008. cap. 2, p. 25-43.

SÓTER, G.; CARNEIRO, T. Vídeo: empresário do Pará oferece dinheiro para funcionários não votarem em Lula; MP investiga. **G1**, Rio de Janeiro, 04 out. 2022. Eleições 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/eleicoes/2022/noticia/2022/10/04/video-empresario-do-pa-oferece-dinheiro-para-funcionarios-nao-votarem-em-lula-mp-investiga.ghtml>. Acesso em: 25 set. 2024.

SOUZA E SILVA, M. C. A dimensão linguageira em situações de trabalho. *In*: SOUZA E SILVA, M. C.; FAÏTA, D. (Orgs.). **Linguagem e Trabalho**. São Paulo: Cortez. 2002. p. 61-76.

TRINQUET, P. Trabalho e educação: o método ergológico. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p. 93-113, ago.2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639753>. Acesso em: 5 maio 2023.

VENNER, B.; SCHWARTZ, Y. Debate de normas “mundo de valores” e engajamento transformador. *In*: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Orgs.). **Trabalho & Ergologia II: diálogos sobre a atividade humana**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2016. p. 55-150.

WISNER, A. **A inteligência no trabalho**. São Paulo: Unesp, 1994.

ZANELLI, J. C.; BASTOS, A. V. B. B.; RODRIGUES, A. C. de A. O campo profissional do psicólogo em organizações e no trabalho. *In*: ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. B. (Orgs.). **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2014. p. 549-582.

ZARIFIAN, P. Engajamento subjetivo, disciplina e controle. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 64, p. 23-31, nov. 2002.

O conteúdo deste texto é de responsabilidade de seus autores.